

1713
M

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
NO DOMÍNIO VETERINÁRIO E DE SAÚDE ANIMAL**

ENTRE

O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

E

**O GOVERNO DA REPUBLICA
DEMOCRÁTICA E POPULAR DA ARGÉLIA**

Doravante designados por "Partes",

Considerando a importação, exportação e trânsito de animais;

Desejando consolidar a cooperação entre os serviços veterinários dos dois países e

Facilitar as trocas comerciais de animais e produtos de origem animal;

Pretendendo preservar o seu respetivo território de eventuais epizootias, doenças parasitárias dos animais e zoonoses transmissíveis ao homem.

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1.º **ENQUADRAMENTO JURÍDICO APLICÁVEL**

As autoridades competentes das duas Partes determinarão conforme a regulamentação das duas Partes em vigor e as disposições da Organização Mundial de Saúde Animal, à qual as duas Partes aderiram, as condições sanitárias para a exportação, importação e trânsito de espécies animais e produtos de origem animal entre os dois países.

ARTIGO 2.º **PROCEDIMENTOS DE CONTROLO SANITÁRIO**

1. Cada uma das Partes compromete-se a proceder ao controlo sanitário dos animais e produtos de origem animal que transitam pelo seu território tendo por destino o território do outro Signatário.
2. Se o controlo efetuado revelar que os animais e produtos de origem animal transportados podem constituir perigo para a saúde de pessoas ou animais, as autoridades veterinárias do país de trânsito procederão à sua devolução ou ordenarão o seu abate ou destruição, de acordo com as modalidades previstas nas disposições da Organização Mundial para a Saúde Animal, e em conformidade com as disposições legais do país.
3. As autoridades competentes das Partes comprometem-se a garantir que os produtos de origem animal destinados à exportação não contêm hormonas, medicamentos ou pesticidas, microrganismos ou qualquer outro elemento prejudicial à saúde humana.

ARTIGO 3.º **AUTORIDADES COMPETENTES**

1. Cada uma das Partes designará os pontos de contacto nacionais, através dos quais se efetuará o intercâmbio e acompanhamento das informações relativas às diversas dimensões abrangidas pelo presente protocolo e o seu plano de ação, como segue:
 - a) Serviços Veterinários do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da República Democrática e Popular da Argélia.
 - b) Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária do Ministério da Agricultura e do Mar da República Portuguesa.
2. As autoridades competentes dos dois países efetuarão consultas diretas relativamente às questões relacionadas com a aplicação do presente Protocolo.

ARTIGO 4.º INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

1. A cada seis meses, as autoridades competentes das Partes procederão a um intercâmbio de relatórios sobre sanidade animal, contendo estatísticas relativas às doenças infecciosas e parasitárias dos animais constantes da lista estabelecida pela Organização Mundial de Saúde Animal.
2. As mesmas autoridades comprometem-se ainda a comunicar imediatamente por via telegráfica ou outro meio equivalente, o eventual aparecimento no seu território de qualquer surto das doenças constantes da lista estabelecida pela Organização Mundial de Saúde Animal, especificando a localização geográfica exata do foco da doença e as medidas sanitárias tomadas para a eliminar e controlar a situação.

ARTIGO 5.º MODALIDADES DE COOPERAÇÃO

As Partes procurarão facilitar:

1. A cooperação e a assistência técnica entre os laboratórios dos serviços veterinários dos dois países.
2. O intercâmbio de especialistas veterinários para obterem informações mútuas sobre o estado sanitário dos animais e produtos de origem animal e ainda sobre a produção científica e técnica nessas áreas.
3. A troca de informações sobre os aspetos sanitários dos métodos de elaboração, transformação e industrialização de produtos de origem animal destinados à exportação.
4. O intercâmbio regular de textos legislativos e regulamentares relativos a saúde animal e pública.
5. A participação dos especialistas envolvidos em simpósios e seminários organizados pelas Partes.

ARTIGO 6.º DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

As Partes comprometem-se a suspender imediatamente qualquer operação de exportação de animais e produtos de origem animal, em caso de existência ou aparecimento num dos dois países de uma doença constante da lista estabelecida pela Organização Mundial de Saúde Animal, assim como outras doenças identificadas de comum acordo e que poderão propagar-se no país importador.

ARTIGO 7.º FINANCIAMENTO

Todas as despesas efetuadas no âmbito do presente Protocolo dependem da disponibilidade orçamental das Partes, conforme a regulamentação interna das duas Partes.

ARTIGO 8.º ALTERAÇÕES E RESOLUÇÃO DE DIFERENDOS

O presente Protocolo de cooperação poderá ser alterado a qualquer momento, por acordo mútuo entre as Partes, por via diplomática.

4/03
2

ARTIGO 9º
CLÁUSULA DE SALVAGUARDA

Este Protocolo de cooperação não prejudica os direitos e obrigações das Partes decorrentes de outros instrumentos jurídicos e acordos internacionais já celebrados.

ARTIGO 10º
DISPOSIÇÕES FINAIS

Para a Parte argelina, o presente Protocolo de cooperação entrará em vigor a partir da data da última notificação, por via diplomática, pela qual, se informa a Parte portuguesa do cumprimento dos procedimentos jurídicos internos requeridos para este efeito. Para a Parte portuguesa, o presente Protocolo de cooperação produz efeitos à data da sua assinatura. Será válido por um período de cinco (5) anos, e renovável tacitamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes notificar a sua intenção de o denunciar, por escrito e por via diplomática, com pelo menos três (03) meses antes da data do termo da sua vigência.

Qualquer alteração ou emenda efetua-se, por consentimento mútuo, pela via diplomática. Estas alterações ou emendas produzirão efeitos nos mesmos termos que os previstos para a produção de efeitos do presente Protocolo de cooperação.

A denúncia do presente Protocolo de cooperação não afetará a realização das atividades de cooperação iniciadas durante o seu período de validade.

Feito em Argel, a 28 de Novembro de 2013, em dois exemplares originais, em árabe, francês e português, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em francês.

**Pelo Governo
da República Portuguesa**

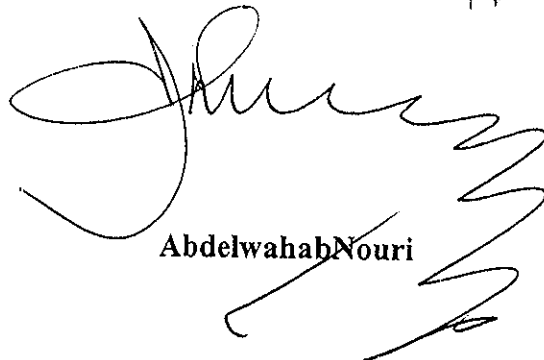
A Ministra da Agricultura e do Mar



Assunção Cristas

**Pelo Governo da República Democrática e
Popular da Argélia**

**O Ministro da Agricultura e do
Desenvolvimento Rural**



Abdelwahab Nouri

5/13
M

**PROTOCOLE DE COOPERATION
DANS LE DOMAINE SANITAIRE VETERINAIRE**

ENTRE

LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE PORTUGAISE

ET

**LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE
ALGERIENNE DEMOCRATIQUE ET POPULAIRE**

Dénommés ci-après «Les Parties» ;

Considérant l'importation, l'exportation et le transit des animaux ;

Désireux de consolider la coopération entre les services vétérinaires des deux Etats ;

De faciliter les échanges commerciaux d'animaux, de produits animaux ;

Souhaitant préserver leurs territoires respectifs d'éventuelles épizooties, de maladies parasitaires des animaux et de zoonoses transmissibles à l'homme.

Sont convenus de ce qui suit :

**ARTICLE PREMIER
ENCADREMENT JURIDIQUE APPLICABLE**

Les autorités compétentes des deux Parties détermineront conformément à la réglementation des deux Parties en vigueur et les dispositions de l'Organisation Mondiale de la Santé Animale, à laquelle les deux Parties ont adhéré, les conditions sanitaires lors d'exportation, d'importation et de transit des espèces animales et les produits d'origine animale entre les deux pays.

**ARTICLE 2
PROCEDURES DE CONTROLE SANITAIRE**

1. Chacune des Parties s'engage à procéder au contrôle sanitaire des espèces animales, et les produits d'origine animale qui transitent sur son territoire, à destination du territoire de l'autre Partie.
2. Si le contrôle fait apparaître que les espèces animales et les produits d'origine animale transportés peuvent constituer un danger pour la santé des personnes ou des animaux, les autorités vétérinaires du pays de transit procèdent à leur refoulement ou ordonnent leur abattage ou leur destruction, selon les modalités visées dans les dispositions de

6/93
m

l'Organisation Mondiale de la Santé Animale, et en conformité avec les dispositions légales du pays.

3. Les autorités compétentes des Parties s'engagent à garantir que les produits d'origine animale destinés à l'exportation, ne contiennent pas d'hormones ou de médicaments ou de pesticides, d'organismes microbiens ou tout autre facteur nocif à la santé de l'homme.

ARTICLE 3 AUTORITES COMPETENTES

1. Chaque Partie désignera des points de contact nationaux par lesquels s'effectuera l'échange et le suivi d'informations sur les dimensions couvertes par ce protocole et son plan d'action, comme suit :
 - a) La Direction Générale de l'Alimentation et Vétérinaire du Ministère de l'Agriculture et de la Mer de la République portugaise.
 - b) Les Services Vétérinaires du Ministère de l'Agriculture et du Développement Rural de la République Algérienne Démocratique et Populaire
2. Les autorités vétérinaires compétentes des deux pays se consulteront directement sur les questions liées à l'application du présent Protocole.

ARTICLE 4 ECHANGE D'INFORMATIONS

1. Les autorités compétentes des Parties échangeront tous les six mois des bulletins sanitaires mentionnant les statistiques des maladies infectieuses et parasitaires des animaux figurant sur la liste établie par l'Organisation Mondiale de la Santé Animale (O.I.E).
2. Elles s'engagent également à communiquer immédiatement par voie télégraphique ou autre moyen similaire, l'apparition éventuelle sur le territoire de l'une des Parties de tout foyer de maladies figurant sur la liste de l'Organisation Mondiale de la Santé Animale (O.I.E) en donnant des détails sur la localisation géographique exacte du foyer de maladie et sur les mesures sanitaires prises pour éliminer ces maladies et pour maîtriser la situation.

ARTICLE 5 MODALITES DE COOPERATION

Les Parties œuvreront à faciliter :

1. La coopération et l'assistance technique entre les laboratoires des services vétérinaires des deux pays.
2. L'échange des spécialistes vétérinaires, afin de s'informer mutuellement sur l'état sanitaire des animaux et produits d'origine animale et également sur les productions scientifiques et techniques dans ces domaines.
3. L'échange d'informations sur les aspects sanitaires des méthodes d'élaboration, de transformation et d'industrialisation des produits d'origine animale destinés à l'exportation.

- 7/13
M
4. L'échange régulier des textes législatifs et réglementaires relatifs à la santé animale et publique.
 5. La participation des spécialistes concernés aux symposiums et séminaires organisés par les Parties.

ARTICLE 6 DISPOSITIONS SPECIFIQUES

Les Parties s'engagent à suspendre immédiatement toute opération d'exportation des espèces animales et les produits d'origine animale, en cas d'existence ou d'apparition dans l'un des deux pays d'une maladie de la liste établie par l'Organisation Mondiale de la Santé Animale (O.I.E) et d'autres maladies retenues d'un commun accord et qui peuvent s'étendre au pays importateur.

ARTICLE 7 FINANCEMENT

Toutes les dépenses effectuées dans le cadre du présent Protocole de coopération dépendent de la disponibilité budgétaire des Parties, conformément à la réglementation interne des deux Parties.

ARTICLE 8 AMENDEMENTS ET REGLEMENT DE DIFFERENDS

Tout différend concernant l'interprétation ou l'exécution du présent Protocole de coopération, sera réglé par négociations directes entre les deux Parties, par voie diplomatique.

ARTICLE 9 CLAUSE DE SAUVEGARDE

Le présent Protocole de coopération ne porte pas préjudice aux droits et obligations des Parties découlant d'autres instruments juridiques et accords internationaux déjà conclus.

ARTICLE 10 DISPOSITIONS FINALES

Pour la Partie algérienne, le présent Protocole de coopération entrera en vigueur à compter de la date de la dernière notification par voie diplomatique, par laquelle, elle informe la Partie portugaise de l'accomplissement des procédures juridiques internes requises à cet effet. Pour la partie portugaise, le présent Protocole de coopération produit effet à la date de sa signature. Il restera valable pour une période de cinq (5) années, renouvelable par tacite reconduction pour une période similaire, à moins que l'une des

Parties ne notifie à l'autre, son attention de le dénoncer, par voie diplomatique, trois (3) mois avant sa date d'expiration.

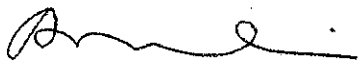
Tout amendement ou modification s'effectue, par consentement mutuel, par voie diplomatique. Ces amendements ou modifications entreront en vigueur selon les mêmes formes que celles prévues pour l'entrée en vigueur de ce Protocole de coopération.

La dénonciation du présent Protocole de coopération n'affectera pas l'achèvement des activités de coopération entamées durant sa période de validité.

Fait à Alger, le 28 de novembre 2013 en deux exemplaires originaux, en langues arabe, portugaise et française, tous les textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte en langue française prévaudra.

**Pour le Gouvernement
de la République Portugaise**

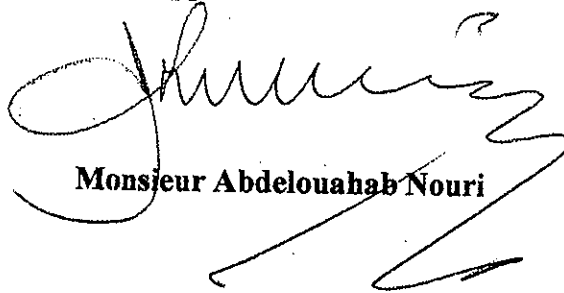
**la Ministre de l'Agriculture et
de la Mer**



Madame Assunção Cristas

**Pour le Gouvernement de la République
Algérienne Démocratique et Populaire,**

**le Ministre de l'Agriculture et du
Développement Rural**



Monsieur Abdelouahab Nouri

3/13
M

بروتوكول تعاون
في مجال الصحة الحيوانية
بين
حكومة، الجمهورية البرتغالية
و
حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية

المشار إليهما فيما يلي بـ " الطرفين "؛

- اعتبارا لنشاطات الاستيراد والتصدير وعبور الحيوانات؛
- رغبة منهما في تعزيز التعاون بين المصالح البيطرية لكلا الدولتين؛
- وتسهيل المعاملات التجارية الخاصة بالحيوانات والمنتجات الحيوانية؛
- رغبة منهما في الحفاظ على أراضيها من تفشي الأوبئة الحيوانية والأمراض الطفيلية الحيوانية المحتملة و الأمراض الحيوانية المنشأ المنتقلة إلى البشر.

قد اتفقتا على ما يلي:

المادة الأولى
الإطار القانوني المطبق

تحدد السلطات المختصة الطرفين الشروط الصحية لعمليات التصدير والاستيراد وعبور الأصناف الحيوانية والمنتجات ذات الأصل الحيواني بين البلدين و ذلك طبقا للتنظيم المعمول به في إقليمي كلا الطرفين و.وفقا لأحكام المنظمة العالمية للصحة الحيوانية

المادة 2

إجراءات المراقبة الصحية

1. يتعهد كل طرف بإجراء المراقبة الصحية للأصناف الحيوانية و المنتجات ذات الأصل الحيواني التي تعتبر إقليميه و المتجهة نحو إقليم الطرف الآخر.
2. إذا كشف التفتيش أن الأصناف الحيوانية و المنتجات ذات الأصل الحيواني التي تم نقلها يمكن أن تشكل خطرا على صحة الأشخاص أو الحيوانات، تباشر السلطات البيطرية لبلد العبور بإرجاعها أو تأمر بذبحها أو تدميرها حسب الكيفيات المذكورة في أحكام المنظمة العالمية للصحة الحيوانية أو وفقا للأحكام القانونية السارية بذات البلد.
3. تلتزم السلطات المختصة للطرفين بتقديم ضمانات عدم احتواء المنتجات ذات الأصل الحيواني الموجهة للتصدير على هرمونات أو أدوية أو مبيدات الحشرات، وكائنات ميكروبية أو اي عامل آخر مضر بصحة الإنسان.

المادة 3

السلطات المختصة

1. يعين كل طرف ، نقاط اتصال وطنية يتم من خلالها تبادل ومتابعة المعلومات حول الأبعاد و خطة العمل التي يشملها هذا البروتوكول كما يلي:
 - أ. المديرية العامة للغذاء والبيطرة بوزارة الفلاحة و البحر للجمهورية البرتغالية.
 - ب. المصالح البيطرية بوزارة الفلاحة والتنمية الريفية للجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية.
2. تتشاور السلطات البيطرية المختصة للبلدين مباشرة بشأن المسائل المتعلقة بتنفيذ هذا البروتوكول.

المادة 4

تبادل المعلومات

1. تتبادل السلطات المختصة للطرفين، كل ستة أشهر، النشرات الصحية المتعلقة بإحصاءات الأمراض المعدية والطفيلية للحيوانات المدرجة في القائمة التي وضعتها المنظمة العالمية للصحة الحيوانية (OIE).
2. كما تتعهد بالإعلام الفوري عن طريق التلغراف أو وسائل أخرى مماثلة، بالظهور المحتمل على إقليم أحد الطرفين لأي موطن وباء مدرج في قائمة المنظمة العالمية للصحة الحيوانية (OIE) مع إعطاء تفاصيل عن الموقع الجغرافي الدقيق لبؤرة المرض وعن التدابير الصحية المتخذة للقضاء على هذه الأمراض والسيطرة على الوضع.

المادة 5

كيفية التعاون

يعمل الطرفان على تسهيل :

- 1 - التعاون والمساعدة التقنية بين مخابر المصالح البيطرية لكلا البلدين،
- 2 - تبادل البيطرة المختصين من اجل تبادل المعلومات حول الحالة الصحية للحيوانات والمنتجات ذات الأصل الحيواني، وكذلك الإنتاج العلمي والتقني في هذه المجالات ،
- 3 - تبادل المعلومات حول الجوانب الصحية لأساليب إعداد و تحويل وتصنيع المنتجات ذات الأصل الحيواني الموجهة للتصدير،
- 4 - التبادل المنتظم للنصوص التشريعية و التنظيمية المتعلقة بالصحة الحيوانية والصحة العمومية،
- 5 - مشاركة المختصين المعنيين في الندوات والأيام الدراسية المنظمة من قبل الطرفين.

المادة 6

أحكام خاصة

يتعهد الطرفان بالتعليق الفوري لأي صفقة تصدير الأصناف الحيوانية والمنتجات ذات الأصل الحيواني، في حالة وجود أو ظهور في احد البلدين لمرض من الأمراض المدرجة القائمة التي تعدها المنظمة العالمية للصحة الحيوانية (OIE) وغيرها من الأمراض المحددة باتفاق مشترك بينهما والتي من الممكن أن تمتد إلى البلد المستورد .

المادة 7

التمويل

تتوقف سائر النفقات المتكبدة في إطار بروتوكول التعاون هذا على الميزانية المتاحة للطرفين، كما يجب أن تتمثل للقوانين العضوية و كذا للقانون الداخلي المطبقين في كلا البلدين

المادة 8

تسوية الخلافات

تتم تسوية أي خلاف بين الطرفين ناتج عن تفسير أو تنفيذ بروتوكول التعاون هذا عن طريق المفاوضات المباشرة بين الطرفين عبر القناة الدبلوماسية.

المادة 9

بند الضمان

لا يمس هذا البروتوكول بحقوق و التزامات الطرفين الناجمة عن الأدوات القانونية و الاتفاقات الدولية الأخرى المبرمة مسبقا

المادة 10

أحكام نهائية

بالنسبة للطرف الجزائري، يدخل بروتوكول التعاون هذا حيز التنفيذ ابتداء من تاريخ آخر إشعار عبر القناة الدبلوماسية، يعلم من خلالها الطرف البرتغالي باستيفاء الإجراءات القانونية الداخلية المطلوبة بهذا الشأن بالنسبة للطرف البرتغالي، فإن بروتوكول التعاون هذا يدخل حيز التنفيذ في تاريخ التوقيع عليه. و يبقى ساري المفعول لمدة خمس سنوات، قابلة للتجديد ضمنا لمدة مماثلة، ما لم يخطر أحد الطرفين، الطرف الآخر كتابيا و عبر القناة الدبلوماسية بنيته في إنهائه، على الأقل ثلاثة (03) أشهر قبل انقضاء فترة سريانه.

يمكن تعديل بروتوكول التعاون هذا، في أي وقت، بالاتفاق المشترك بين الطرفين، عبر القناة الدبلوماسية. و تدخل هذه التعديلات حيز التنفيذ باتخاذ نفس الإجراء المقرر لبروتوكول التعاون هذا.

لا يؤثر إنهاء هذا البروتوكول على إتمام نشاطات التعاون التي شرع فيها أثناء فترة صلاحيته.

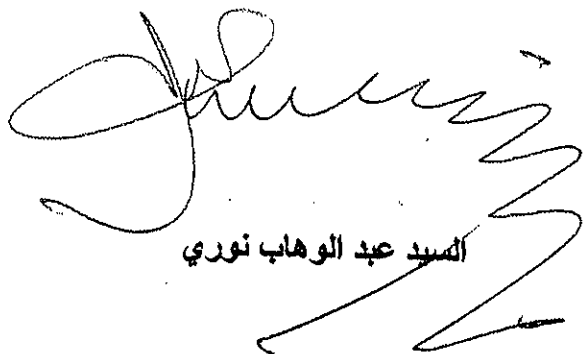
حرر بالجزائر في 28 نوفمبر 2013، في نسختين أصليتين؛ باللغات العربية، البرتغالية و الفرنسية وللنصوص الثلاثة نفس الحجية القانونية. في حالة الاختلاف في التفسير، يرجح النص باللغة الفرنسية.

عن حكومة الجمهورية الجزائرية
الديمقراطية الشعبية

عن حكومة الجمهورية البرتغالية

وزير الفلاحة و التنمية الريفية

وزيرة الفلاحة و البحر



السيد عبد الوهاب نوري



السيدة أسنتشاو كريستاس



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Arquivo Histórico - Diplomático

Fotocópia conforme o original.

Lisboa, 3 de Janeiro de 2014

O Director

Margarete Jags

- 1) Constituída por 13 folios por um numerado e rubricado.
Versões em língua árabe, portuguesa e francesa.